



Autarca de Alfândega da Fé considera "inaceitável" redução de valor do Fundo do Baixo Sabor

Ter, 25/10/2016 - 09:25

A EDP prevê reduzir o valor das verbas a transferir para o Fundo do Baixo Sabor. A medida faz parte das compensações pela construção da barragem. Estava acordado que os quatro municípios por ela abrangidos (Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro e Torre de Moncorvo) receberiam o equivalente a 3 por cento da produção da nova barragem, a partir do momento em que começasse a produzir energia, o que inicialmente se estimou que corresponderia a valores entre os 800 mil e os 900 mil euros.

A EDP contactou recentemente os quatro municípios abrangidos pela barragem para os informar de que o valor a ser disponibilizado para o Fundo do Baixo Sabor pela empresa concessionária do empreendimento hidroeléctrico, seria inferior ao inicialmente previsto, rondando os 250 mil euros.

A situação foi denunciada pela autarca de Alfândega da Fé, Berta Nunes, que considera esta atitude inaceitável e incompreensível. "Há cerca de uma semana, numa reunião, a EDP vêm-nos justificar, com várias questões, a descida de um milhão por ano para cerca de 200 e pouco mil euros por ano. E isso para nós é inaceitável e incompreensível", referiu a autarca.

Antes da entrada em funcionamento, os municípios estavam já a receber cerca de 300 mil euros e a verba agora proposta é considerada escassa para os 4 municípios poderem dividir entre si, com o propósito de investir no turismo, na valorização dos produtos locais e em questões de promoção da biodiversidade e do ambiente.

A redução foi justificada pela empresa concessionária do empreendimento hidroeléctrico com uma fórmula que a associação de municípios do baixo Sabor quer agora ver explicada. "Temos de esclarecer devidamente aquilo que a EDP está a querer fazer repercutir sobre um território que já sofreu com a inundação de terras, com perdas ambientais e económicas. Essa redução, para nós, significa dizer que depois da barragem feita o território já não interessa", conclui Berta Nunes.

Os autarcas vão privilegiar o diálogo para tentar encontrar uma solução satisfatória, no entanto, uma acção judicial está totalmente posta de parte.

Até ao momento, não foi possível obter explicações por parte da EDP em relação a este assunto.
Escrito por Brigantia.